

## A atuação de mulheres de letras oitocentistas: lócus de resistência no processo cultural-literário?

Profa. Dra. Salete Rosa Pezzi dos Santos<sup>1</sup> (UCS)

### Resumo:

*Restrições e preconceitos não impediram a participação de mulheres de letras no processo cultural-literário nacional do século XIX e início do XX. Com o interesse voltado para essa questão, este texto apresenta a trajetória de algumas mulheres escritoras oitocentistas sul-rio-grandenses, cuja produção, de acordo com estudos atuais, tem se mostrado relevante no cenário das letras.*

**Palavras-chave:** Mulheres de letras sul-rio-grandenses, Século XIX e início do XX, Lócus de resistência.

Nenhuma diferença existe entre a alma de um tolo e de um homem de espírito, ou de um ignorante e de um sábio, ou a de um menino de quatro anos e um homem de quarenta. Ora, como esta diferença não é maior entre as almas dos homens e das mulheres, não se pode dizer que o corpo constitui alguma diferença real nas almas. Toda sua diferença, pois, vem da educação, do exercício e da impressão dos objetos externos, que nos cercam nas diversas circunstâncias da vida.

Nísia Floresta Brasileira Augusta

### Introdução

Quando se examina a história da intelectualidade brasileira, especialmente a que compreende o período do século XIX e início do XX, percebe-se que, tradicionalmente, ela se estruturou a partir do cânone de textos consagrados, ou seja, textos de autoria masculina. Uma das causas, em especial, a que se deveu esse comportamento foram as idéias importadas da Europa, no século XIX, que influenciaram sobremaneira o *ethos* social oitocentista nacional e sul-rio-grandense e a formação de estereótipos relativos à educação feminina, tornando-se evidente o processo de invisibilidade ao qual o sujeito feminino esteve submetido. Nesse contexto, mulheres de letras enfrentaram grandes dificuldades para realizarem um trabalho intelectual e, apesar de todo o esforço, não encontraram espaço para o reconhecimento dessa produção. Entretanto, estudos atuais<sup>1</sup> atestam quanto foi significativa a atuação dessas escritoras, podendo-se acreditar que sua ação teria significado um lócus de resistência no processo cultural-literário nacional do século XIX e início do XX contra o enfrentamento daqueles que julgavam a mulher inapta para o trabalho intelectual.

Com o interesse voltado para mulheres de letras oitocentistas sul-rio-grandenses, este trabalho busca examinar a trajetória de algumas dessas escritoras, cuja práxis foi relevante para a consolidação das letras no Rio Grande do Sul.

---

<sup>1</sup> É o caso da obra MUZART, Z. L. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*: antologia. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v. I, 2000; v. II, 2004, que apresenta o resultado de amplo e criterioso trabalho elaborado por equipe de pessoas ligadas à docência e à pesquisa, acerca da vida e obra de 105 escritoras brasileiras oitocentistas.

## **1 Mulheres de letras e conquista de espaço**

As primeiras vozes femininas públicas sul-rio-grandenses surgem em meio a arrebatados debates políticos e intelectuais, às vésperas da eclosão da Revolução Farroupilha (1835-1845). Nesse contexto, assinala-se o registro de Silva (1930, p. 25) a respeito da participação feminina nas letras da Província, quando aponta que, “cronologicamente, o primeiro livro rio-grandense [*Poesias oferecidas às senhoras rio-grandenses*] que se publicou, foi, talvez, o da poetisa Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), a cega, datado de 1834.” A poetisa seria, na concepção do autor, “no Rio Grande bárbaro do começo do século XIX”, um eco de Marceline Desbordes Valmore, poetisa francesa contemporânea de Delfina. É interessante como Silva (1930, p. 25) aponta a proximidade poética das duas artistas, que vê na poetisa gaúcha um “eco” da francesa, aludindo sobre uma possível imitação, entretanto pondera que “sem dúvida, ela não leu nunca [Marceline Desbordes Valmore] e de cuja existência é provável que não haja tido sequer (sic!) a mais vaga notícia.” Essa ponderação não deixa de marcar um desprestígio à formação intelectual da poetisa gaúcha que, segundo Schmidt (2000, p. 120), estava “enraizada na tradição da cultura clássica, cuja influência se traduz na presença de elementos árcades que perpassam sua obra.” Araújo Porto Alegre, cronologicamente, foi o segundo poeta sul-rio-grandense, entretanto, sob todos os outros aspectos, Silva (1930, p. 27-28) considera-o o primeiro, “uma das grandes figuras literárias da América,” e aponta que seu maior mérito reside no fato de sua poesia ser relevante para a evolução geral da poesia brasileira. “Pouquíssimas das outras regiões do nosso território, que acordaram antes de nós, para a literatura, continua o autor, podem apresentar um nome de importância equivalente.” Ainda que as considerações sobre o valor da obra de Araújo Porto Alegre sejam significativas, não deixa de ser lamentável que a produção poética de Delfina da Cunha não tenha recebido por parte do autor o mesmo apreço em relação a sua importância para o desenvolvimento da poesia brasileira, levando-se em conta ter sido ela a primeira mulher, em âmbito nacional, a publicar um livro de poesias. Na verdade, a poetisa gaúcha tinha, já em 1830, alguns de seus poemas reproduzidos no *Parnaso Brasileiro*, do cônego Januário da Cunha Barbosa, no Rio. O reconhecimento da relevância de sua obra parece vir nas palavras de Guilhermino Cesar (1956, p. 69), que pergunta: “Como poderiam os rio-grandenses oferecer ao país, mal transcorridos vinte anos da instalação do primeiro prelo, uma poetisa como Delfina Benigna da Cunha, portadora de nobre inspiração lírica?” Quando o autor examina aspectos da preparação para o Romantismo no Rio Grande do Sul, retoma a discussão sobre Delfina da Cunha e sua obra, afirmando que o saldo de seus escritos “lhe é favorável, bastante para que a admiremos com ternura e compaixão, ou mesmo com espanto, em face da tenacidade com que ela, vencendo preconceitos, o ambiente, a cegueira, a pobreza, se criou uma reputação literária.” (CÉSAR, 1956, p. 102).

Soares (1980, p. 125), ao comentar que a autora “nada escreveu sobre a condição feminina, mas sua vida fornece bom material para meditação”, possivelmente aludisse a essa “tenacidade” referida por Guilhermino Cesar. Sem dúvida, a contribuição da autora para as letras sul-rio-grandenses merece destaque, como também a sua coragem para escrever numa época em que não se reconhecia a capacidade intelectual da mulher. No auge do patriarcado imperial, a poetisa busca sobreviver às custas de seu trabalho intelectual, tarefa impensável para a grande maioria das mulheres do século XIX, visto estarem fadadas ao espaço privado, e as opções de trabalho para o sexo feminino se mostrarem exíguas, configurando-se o ensino uma das poucas possibilidades de atuação profissional. Faz-se monarquista e leal à Coroa, de quem recebe auxílio pecuniário para sobreviver e, em muitos momentos, Delfina da Cunha irá dedicar poemas ao Imperador, como agradecimento pelo auxílio recebido, à filha ou à Imperatriz. Também escreveu contra Bento Gonçalves e seus companheiros, e um soneto em que acusa os farroupilhas de anarquistas, marca, segundo Schmidt (2000, p. 22), “um posicionamento que, ante os horrores da ‘sanguinosa guerra’,

se quer claro, firme e decidido”, acarretando-lhe ter seu poema apontado por Donaldo Schüler (1987, p. 61) como um escrito que “não mostra mais do que os sentimentos de uma mulher enfurecida.” O posicionamento do crítico faz lembrar as palavras de Duarte (1995, p. 15), ao referir-se aos nomes de autoras que ainda hoje não constam dos manuais, devido, “principalmente ao peso da tradição na história literária brasileira, que determinou a construção de um passado onde só aparece a figura masculina, em parte, por um procedimento de conservadorismo acadêmico.” Ainda nas palavras de Schmidt (2000, p. 122), em sua “poesia comprometida, Delfina constrói um texto combativo ao estilo épico em um momento fundacional da literatura sul-rio-grandense e esse fato, importante por si só, não pode ser neutralizado em função de uma ideologia partidária ou ideologia de gênero.”

Outra contribuição importante para o avanço das letras no Rio Grande do Sul coube à poetisa Maria Josefa Barreto (1897-1937). Muito embora tenha sido considerada por Guilhermino César (1956, p. 86) uma “poetisa medíocre,” ainda assim, reconhece-a como “feminista avançada”, e Muzart (2000, p. 78-79) ressalta seu perfil combativo quando afirma: “De Maria Josefa, conhecemos o eco de suas ações de revolucionária feminista: escrevendo, fundando jornais, mantendo uma escola mista,” sendo, “acima de tudo, uma batalhadora incansável por suas idéias políticas.” É interessante observar como Guilhermino César vê a figura da autora, a qual, segundo ele, fazia parte da plêiade de poetas farroupilhas e tudo nela estava longe de anunciar doçura ou visão subjetiva, ao contrário, era irrequieta e viril. Também, continua o autor, pouco fala de amor e não se deixa envolver pelo romantismo dos farrapos, colocando-se frontalmente contra eles. Considerando-se a posição de Guilhermino César em relação à poetisa, poder-se-ia perguntar: estaria o autor apenas reconhecendo uma característica de personalidade de Maria Josefa Barreto, quando fala da pouca doçura, da virilidade e da capacidade de competição dela, ou estaria enfatizando um comportamento censurável, não esperado de uma mulher de fim do século XIX, início do século XX? Mesmo dando espaço, em sua obra, à presença de algumas escritoras mulheres dessa época, inclusive reconhecendo-lhe o valor artístico, como é o caso da poetisa Delfina Benigna da Cunha, Guilhermino César, em outros momentos, parece ter-se deixado contaminar pelo pensamento corrente em relação à mulher que se dedicava às letras e tinha coragem de tornar isso público.

Também fez-se ouvir outra voz que se levantou para defender a equivalência de direitos entre homens e mulheres. Foi a poetisa e ficcionista Ana Eurídice Eufrosina de Barandas (1809-?), que escreveu sobre a mulher ante a Revolução Farroupilha, tomando partido contra os revolucionários e explicando em seus textos os seus motivos. Em 1843, divorcia-se e, por deliberação do casal e aquiescência do juiz, assume a guarda e o sustento dos filhos do casal, evidenciando quanto foi uma mulher de idéias avançadas para a época. Sua obra é pequena, ainda assim, de acordo com Muzart (2000, p. 163), “é curiosa e criativa, trazendo idéias interessantes sobre a liberdade da mulher, o direito ao voto, o direito à palavra e mais ainda, o direito de pensar!” Além disso, o texto “Diálogos”, escrito em 1832, traz como bandeira a participação da mulher nas questões políticas de então, reivindicação bastante avançada para a época, já que as primeiras sufragistas vão aparecer na segunda metade do século XIX. A relevância da produção da escritora é apontada por Soares (1980, p. 131), ao afirmar que seu texto surpreende pela “veemência e contemporaneidade.” O autor enfatiza ainda que “defender de alguma forma a participação política da mulher de forma radical, sem adjetivos, a igualdade entre os sexos, aproveitando ainda para denunciar a opressão masculina como causadora dos ‘defeitos’ da mulher, era estar em dia com o feminismo mundial.” Na verdade, cumpre reconhecer que a atuação tanto de Delfina da Cunha quanto de Ana de Barandas foi relevante para o desabrochar da literatura sul-rio-grandense. Num momento sócio-político conturbado, justamente quando dedicar-se ao ofício das letras era um ato quase impensável às mulheres, essas autoras foram movidas por um espírito não conformista que inspirou novos caminhos para outras manifestações femininas.

Outro nome a ser mencionado é o de Maria Benedita Câmara Bormann (1835-1895), escritora sul-rio-grandense que viveu grande parte de sua vida no Rio de Janeiro. Desde muito jovem, dedicou-se à escrita e costumava selecionar seus textos, excluindo os que não a satisfaziam. Participou ativamente da imprensa do Rio de Janeiro, ocupando espaço nas páginas de *O Paiz*, *Gazeta da Tarde*, *A família*.

É interessante lembrar que muitas mulheres escritoras do século XIX optavam por serem identificadas através de um pseudônimo. Algumas o faziam como forma de se protegerem contra a proibição da família que não queria vê-las envolvidas com o mundo das letras; outras, para fugirem do preconceito que cercava a mulher intelectual numa sociedade essencialmente patriarcal e poderem ter seus escritos aceitos pelo público. Nas últimas décadas do século, escritoras como Maria Benedita, buscavam abdicar de um patrimônio herdado, e o pseudônimo passa a ser usado como palavra de poder, o qual, segundo Telles (2001, p. 431), “marca um batismo privado para o nascimento de um segundo eu, um nascimento para a primazia da linguagem que assinala o surgimento da escritora.” Pertencente a uma família renomada e poderosa, casada com um tio materno que se tornaria Ministro da Guerra, a autora teve sua vida marcada por aquilo que Telles (2001, p. 434) nomina como “o poder do nome, os nomes de poder e o poder das normas.” Assim, quando escolhe nomear-se “Délia”, opta também por uma nova ancestralidade que tem suas raízes na Roma Antiga, num momento em que a mulher goza de maior liberdade artística e sexual. É a época de Catulo, o poeta de Lésbia, que canta o amor sensual; de Tibulo, o cantor de Delia, que cultivou o amor livre. Na verdade, não parece coincidência Maria Benedita ter escolhido como pseudônimo o nome de uma matrona romana, cantada por Tibulo, justamente no momento - últimas décadas do século XIX - em que se difundia a idéia da *femme nouvelle*, a qual aspirava à independência sexual e criticava a sociedade que entendia o casamento como única opção de vida para a mulher. Ainda que essas idéias circulassem entre o público feminino, encontraram grande oposição no Brasil. Telles (2001, p. 434) lembra que um artigo intitulado “O eterno feminino”, publicado na *Revista Ilustrada*, de 1886, discutia questões que envolviam o “sexo gentil”, entre elas, se a educação da mulher deveria ser ampliada. Considerando que isso deveria ocorrer, atestava, entretanto, que “o círculo não [poderia] ter grande raio, [pois] o ‘sexo gentil’ [...] não era talhado para embates da política ou das letras.” Na verdade, o discurso dominante passou a reforçar estereótipos do modelo patriarcal, como forma de assegurar a manutenção do *status quo*. No entanto, vozes femininas começam a se ouvir em defesa dos direitos da mulher brasileira, entre elas, a de Maria Benedita, que defendia a prioridade de uma educação *para a vida*. Falava da importância da educação sexual para as jovens e acreditava que a histeria resultava da ignorância delas sobre sexualidade.

Certamente, os temas que Maria Benedita trouxe à discussão em seus escritos estavam sintonizados com os proclamados pelas defensoras estrangeiras de um novo *status* para a mulher. As personagens de suas obras são seres sequiosos de independência e respeito, em busca de um espaço próprio para, muito mais que viver, experimentar intensamente a vida. Em *Lésbia*, por exemplo, a protagonista, após uma desilusão amorosa, torna-se escritora, sofre com a censura de uma crítica machista, entretanto não deixa de escrever seus livros e, de acordo com Telles (2001, p. 435), ao mesmo tempo em que trama sua vida, oferece “detalhes dos caminhos de uma mulher de letras no Rio de Janeiro da época.” Também em *Celeste*, a personagem principal busca realizar seu sonho de completude pessoal – não alcançada no convívio com o marido que a trata com violência -, enfrentando a reação acusatória da sociedade ao exigir a separação.

Abolicionista, Maria Benedita via no movimento de libertação do escravo um novo modo de vivência para os negros que poderiam contar com a ação de alguns humanitários para conduzi-los à liberdade. Nas palavras de Telles (2001, p. 435), a escritora encarava a escravidão como “uma página negra que não estava encerrada. [...] Justiça para o escravo, para a sociedade e para a mulher”, esse era o desejo de Maria Benedita.

Também merece destaque Andradina América Andrade de Oliveira (1870-1935) que, ao fundar o jornal *Escrínio*, em 1898, na cidade de Bagé, deixa claro que almejava alargar o espaço de participação de mulheres de letras. A escritora acreditava na importância desse veículo como meio de divulgação da capacidade intelectual da mulher da época, o que fica evidenciado no editorial do primeiro número do periódico, no qual a autora defende a idéia de que a mulher poderá trabalhar ao lado do homem, em qualquer atividade, auxiliando-o nas “lutas pela vida”, sem que isso a faça descurar de seus “deveres domésticos”. Essa afirmação ia de encontro à opinião dominante que propugnava a nocividade da emancipação política e social da mulher para o lar e a família.

O periódico foi publicado durante nove anos, primeiramente em Bagé, depois em Santa Maria, sendo interrompida a sua publicação, devido ao abalo que a autora sofreu pela morte do filho Adalberon de Oliveira, em 1908. Em 1909, o jornal reaparece em Porto Alegre com outra formatação, a de uma revista ilustrada. Coelho (2002, p. 64) não menciona o *Escrínio* como jornal, apenas como revista feminina, fundada em 1910, posteriormente transformada em revista ilustrada. Telles (2001, p. 426), ao referir-se a fios importantes para a formação da rede de jornais “atentos às publicações e ações das mulheres”, destaca o *Escrínio* e o *Corymbo*, como importantes jornais das irmãs Revocata Heloísa de Melo e Julieta de Melo Monteiro, “ambas literatas que escreveram poesia, contos e peças teatrais”, não mencionando, em nenhum momento, o nome de Andradina de Oliveira. Isso, no mínimo, é curioso, uma vez que, embora com algum descompasso entre as fontes, o nome de Andradina de Oliveira tem estado ligado a esta publicação. A ficcionista, mesmo não tendo se voltado para a política, sem hesitar, sempre intitulou-se feminista, e o jornal *Escrínio* possibilitou à autora lançar-se na luta pela defesa dos direitos da mulher. Nos espaços disponíveis entre os textos publicados no periódico, Andradina editava pequenas notas, dando ciência dos sucessos alcançados por mulheres no Brasil e no mundo. Nesse contexto, ela informava a suas leitoras os avanços femininos que estavam ocorrendo, provavelmente acreditando ser possível mobilizar mais mulheres a lutarem por seus direitos e a confiarem na possibilidade de emancipar-se pela literatura e pelas artes. Em um longo artigo que publica no *Escrínio* (1912), a autora faz um retrospecto da história feminina, enfatizando a opressão sofrida pelas mulheres através dos tempos, como também ressalta aquelas que se tornaram notáveis nas mais diversas épocas da História. Schmidt (2004, p. 839), ao apresentar fragmentos da obra de Andradina, pondera que neles a escritora “se expõe sem disfarces, afirmando a consciência de uma mulher corajosa e decidida que aderiu incondicionalmente às lutas de seu tempo.” Esse comprometimento parece ter repercutido positivamente entre mulheres de letras da época, pois, quando relançou o *Escrínio*, contou com 40 colaboradoras de todo país, entre elas, feministas como Mariana Coelho e Inês Sabino.

Também é significativo lembrar Luciana Teixeira de Abreu (1847-1880), outra voz importante para o fortalecimento de idéias a favor da emancipação feminina. Membro da Sociedade Partenon Literário, foi a primeira mulher a ocupar a tribuna dessa Sociedade para defender os interesses do seu sexo, quando, segundo Schmidt (2000, p. 441), falava “da emancipação da mulher, do seu acesso ao conhecimento e do seu lugar na literatura.” A autora queria, segundo palavras de Andradina, “a justiça para o sexo” e lutou para que suas idéias, em uma época de domínio patriarcal, repercutissem na racionalidade masculina, o que suscitou Andradina de Oliveira (1949, p. 95) considerar: “O seu espólio literário é todo de propaganda feminista. As suas preleções, escritas num estilo elegante e terso, eram páginas admiráveis de verdade que calavam, fundo nas almas de eleição, desprendidos dos tolos e errôneos preconceitos da época.”

Diferentemente de outras senhoras ligadas ao Partenon Literário, as quais se dedicavam às atividades de tocar, cantar e recitar, Luciana digladiou-se em prol dos direitos femininos. Em seus discursos, a oradora propunha igualdade de oportunidades, acesso das mulheres à educação, inclusive a superior, direito ao voto e abertura para as mulheres poderem exercer as profissões que escolhessem, o que ela fazia de forma contundente e apaixonada. Isso lhe valeu tornar-se uma espécie de bandeira para as mulheres progressistas da época, pois, conforme Andradina de Oliveira

(1949, p. 94), “espírito tenaz, alma abnegada, inteligência brilhante, vontade firme, atirou-se com heroísmo, à luta.”

Entretanto, ao lado desses discursos inflamados em prol dos direitos femininos, encontravam-se, na *Revista Mensal* do Partenon Literário, artigos que reiteravam as idéias veiculadas por Michelet (1995), as quais disseminavam uma visão idealizada da mulher, eivada de romantismo, aquela que devia ser meiga, afável, de coração virgem, devotada ao lar. Nas palavras de Michelet (1995, p. 23), “cumpre que o trabalho da mulher também seja amor, para ela, pois ela não é apta para outra coisa. [...] Qual é o seu objetivo natural, sua missão? A primeira, amar; a segunda, amar apenas um; a terceira, amar sempre.” A divulgação de idéias como essas levaram a mulher a um comportamento determinado pelas convenções da sociedade, essencialmente patriarcal, pois, de acordo com Showalter (1993, p. 39), elas eram educadas “de modo a acreditar que a principal superioridade da mulher residia na sua maior espiritualidade e na sua falta de paixão...” Esse *ethos*, arraigado no psiquismo feminino, acarretou para a mulher da época, mais que comportamentos, sentimentos de submissão inquestionável relativamente à supremacia logocêntrica.

Simultaneamente a escritos de caráter patriarcal, levantavam-se algumas vozes que se posicionaram a favor da emancipação feminina. É o caso de José Antônio Caldre e Fião, membro do Partenon Literário do Rio Grande do Sul, que anuncia a mulher como um ser inteligente, capaz para o estudo e para o ensino, e, no Rio de Janeiro, do médico e escritor Tito Lívio de Castro (1864-1890), que se distinguiu por suas idéias avançadas na análise da questão feminina. Entretanto, aponta Stein (1984, p. 49), Tito Lívio de Castro “não teve adeptos nem seguidores – e, entre a maioria da chamada intelectualidade carioca, predominou o quadro da mulher como mãe e esposa, como um ser engajado a serviço de interesses alheios aos seus como indivíduo”, confirmando-se a constatação de que a história da mulher brasileira continuou sendo uma recidiva de luta por reconhecimento e respeito.

## **Conclusão**

Esses apontamentos possibilitam observar que o afã pela conquista de espaço na esfera pública foi uma das razões que motivou mulheres a terem uma participação significativa no campo das Letras. Lutavam pelo direito à educação (e, por consequência, direito à profissão), e, mais ao final do século, direito ao voto. E, embora sofrendo preconceitos e restrições, alcançaram significativa participação no cenário das Letras nacionais, marcando sua época com uma postura transgressora. Sem dúvida, muitos outros nomes de mulheres escritoras do século XIX poderiam aqui ser referidos pela importância que seu trabalho representa como registro de uma época em que aventurar-se pelo mundo da intelectualidade significava para o sujeito feminino transgredir fronteiras e lutar por um reconhecimento que só agora, passado um século, começa a acontecer.

## **Referências Bibliográficas**

- [1] CÉSAR, Guilhermino. *História da literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1956.
- [2] MICHELET, Jules. *A mulher*. Trad. Maria Ermantina G. G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- [3] MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Josefa Barreto. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000a. p. 75-81
- [4] OLIVEIRA, Andradina América Andrade de. Artigo. In: ABREU, Luciana de. *Preleções*. Prefácio, estudo e coletânea de Dante de Laytano. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos, 1949.

- [5] SCHMIDT, Rita Terezinha. \_\_\_\_\_. Andradina América Andrade de Oliveira. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. II. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.
- [6] \_\_\_\_\_. Delfina Benigna da Cunha. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX: antologia*. v. I. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- [7] SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual: sexo e cultura no fin de siècle*. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- [8] SCHÜLER, Donaldo. *A poesia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- [9] SILVA, João Pinto da. *História literária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1930.
- [10] SOARES, Pedro Maia. Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1835-1945). In: BRUSCHINI, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. (Orgs.). *Vivência: história, sexualidade e imagens femininas*. São Paulo: Brasiliense, 1980. (Fundação Carlos Chagas).
- [11] STEIN, Ingrid. *Figuras femininas em Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- [12] TELLES, Norma. Introdução. In: BORMANN, Maria Benedita Câmara. *Lésbia*. Florianópolis: Mulheres, 1998.

---

### **Autor(es)**

<sup>1</sup> **Salete Rosa Pezzi dos SANTOS (Profª. Dra.)**  
Universidade de Caxias do Sul (UCS)  
Departamento de Letras  
E-mail: [sarpsantos@terra.com.br](mailto:sarpsantos@terra.com.br)